

## **Título: Economia Solidária: “Outra economia acontece”? Limites e possibilidades na redução da pobreza e na construção da cidadania**

Grupo de Trabalho 08: Desigualdade, Vulnerabilidade e Exclusão Social

Aplicaciones profesionales (Consultorías,  
evaluaciones de programas y proyectos)

Autor: Eugênio Dantas Gomes Lima<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Essa comunicação pretende debater a Economia Solidária no Brasil, partindo do estado de Alagoas, numa perspectiva multidimensional. Tentamos compreender essa “outra economia” no contexto da modernidade líquida (Bauman). A questão central é avaliar o empoderamento dos indivíduos nos empreendimentos solidários. Quais as possibilidades de redução da pobreza imaterial e construção da cidadania plena? Para responder essa e outras questões utilizamos a observação participante avaliando o movimento e a proposta governamental de fomento a Economia Solidária. As conclusões parciais apontam que o fomento aos sujeitos e seus empreendimentos solidários é imprescindível e mesmo com todas as vulnerabilidades o movimento vem ganhando força e construindo o protagonismo político, existindo, uma maior possibilidade de inclusão cidadã.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Pobreza, Cidadania.

### **Introdução**

*A economia solidária pode ser considerada como uma alternativa para a geração de renda, para o combate à pobreza e para a ruptura com a lógica social da desigualdade, desde que promova o protagonismo dos pobres, o qual é necessário para que intervenções políticas nesse campo sejam eficazes. (GAIGER; 2009).*

A Economia Solidária tem se apresentado no contexto brasileiro como uma possibilidade de transformação da extrema pobreza. Após uma série de iniciativas privadas, por meio de fóruns, ONG's e movimentos sociais, o governo brasileiro cria dentro do seu Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com vistas à estruturação de políticas públicas de incentivo a esse modelo de economia, identificando e qualificando os sujeitos envolvidos e assim dando maior visibilidade e viabilidade a tais instrumentos de desenvolvimento sustentável (como

---

<sup>1</sup> Administrador e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professor Adjunto da Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA e da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL. Gestor de Projetos, Articulador de Programas Sociais e Pesquisador de Políticas Públicas. Coordenador de convênio de Economia Solidária da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional – SETEQ-AL. E-mail: [eugenio.gdebrasil@gmail.com](mailto:eugenio.gdebrasil@gmail.com)

são percebidos) que são os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Conforme afirma a própria SENAES:

“A partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), as ações de apoio à Economia Solidária ganharam uma maior institucionalização com o desenho de políticas especialmente voltadas ao apoio de bancos e fundos comunitários, incubadoras de cooperativas populares, processos de capacitação e de desenvolvimento local, ações de comercialização, etc.”

São pilares dessa “nova” economia os conceitos de Cooperação, Autogestão e Solidariedade, como também a Dimensão Econômica forjada na valorização da produção imaterial. Para tanto, acreditamos ser necessário, levar em consideração o fator multidimensional destes conceitos junto à complexidade das abordagens inerentes aos conceitos de pobreza e de cidadania, particularmente, no ambiente da Modernidade Líquida. Explicar e interpretar essas contradições torna-se o objetivo central deste trabalho. Para um dos estudiosos da Economia Solidária no Brasil, o economista Paul Singer, esse modelo vem ganhando força desde a primeira fase da revolução industrial. A resposta foi à criação de novos tipos de organização como é o exemplo das cooperativas (SINGER, 2002). Podemos afirmar que os modelos associativos formais estão diretamente ligados a Economia Solidária, muito embora, nem toda cooperativa contemporânea seja integrante do movimento de Economia Solidária, que hoje leva em consideração inúmeros tipos de associação, seja formal ou informal, como, por exemplo, as atividades de cultura, artesanato, produção de alimentos, agricultura familiar até o movimento dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Fomentar esses modelos de empreendimentos para redução da pobreza extrema no Brasil tem sido uma grande missão para a SENAES.

Todavia, sendo um problema multidimensional é preciso levar em consideração que o pauperismo e capitalismo possuem origens comuns, pois nascem no contexto da Inglaterra, berço da Modernidade Líquida como nos aponta o sociólogo Zigmunt Bauman. É preciso, também, pensar nos termos de Karl Polanyi que narra os acontecimentos a partir da chamada “*Poor Law*”, instituída na Inglaterra, causando um efeito devastador sobre a formação daquela sociedade, que somado às mudanças provocadas pela industrialização crescente, significaram a anulação do sujeito político, tendo como resultado, em nossa interpretação, um processo de alijamento e aleijamento deste indivíduo.

Daí o mais perigoso e degradante não é somente a pobreza material, mas a imaterial, devido à falta de consciência, uma vez que, “*o pobre mais pobre é aquele que sequer sabe e é coibido de saber que é pobre*” (DEMO, 1994). Em resumo, a pobreza imaterial/política pode ser traduzida pela falta de uma “*consciência do direito a ter direitos*” e o seu oposto, que denotaria a existência da cidadania plena, é a presença desta “*consciência...*” (Lefort *apud* Telles, 2001), que se revela em consciência cidadã.

É preciso pensar a problemática de modo complexo levando em consideração os diversos fatores, sejam eles, históricos, geográficos e/ou ideológicos. Basicamente podemos indagar: Se há um empoderamento por meio da economia solidária como estas pessoas se utilizam deste poder?

Esse trabalho busca debater e movimento e os programas brasileiro de Economia Solidária, especificamente, projetos de economia solidária executados no estado de Alagoas<sup>2</sup>, marcado por possuir um dos menores IDH's do Brasil. A metodologia é a observação participante, pois neste caso

<sup>2</sup> Referimo-nos aos dois (2) convênios de Economia Solidária firmados entre o governo federal por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretária Nacional de Economia Solidária MTE/SENAES e o governo de Alagoas por intermédio da Secretaria Estadual de Emprego, Trabalho e Qualificação Profissional de Alagoas – SETEQ/AL.

estamos realizando a pesquisa ao mesmo tempo em que executamos algumas das ações da SENAES neste Estado. Para chegarmos às conclusões, mesmo que parciais, levamos em consideração o pensamento dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos nestes modelos de empreendimentos solidários, tentando entender quais são suas perspectivas, ou seja, partimos de suas subjetividades na tentativa de evidenciar sinais possíveis de desconstrução da pobreza política e concomitantemente da construção de uma cidadania plena. Paralelamente utilizamos alguns dados quantitativos, disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) da SENAES/MTE, para confrontar com os dados qualitativos, produzidos no campo empírico, estes que devem nortear considerações finais.

### **A Economia Solidária no Brasil**

A Economia Solidária é uma construção histórica que surge junto com a organização social do trabalho, mas que no contexto do capitalismo globalizado atual necessita de apoio para o fomento das iniciativas locais. Neste contexto a experiência brasileira se revela exitosa, pois conseguem promover ações estruturantes que viabilizam os EES. Apesar disso, não sabemos se é possível realizar tal delimitação espaço-temporal, uma vez que, como dito, tal movimento decorre de um processo histórico longo e curto ao mesmo tempo, devido suas profundas raízes em simbiose com suas características contemporâneas – modernidade líquida.

Para fins didáticos consideramos no caso brasileiro uma série de acontecimentos ocorridos a pelo menos uns 20 anos como resposta dos diversos movimentos sociais que surgem para lutar contra os efeitos maléficos do desemprego estrutural que se estabelece com as crises do Capital.

A SENAES nasce em 2003 após um momento de mudança na política nacional brasileira. com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república, um ex-operário e ex-sindicalista que foi apoiado por diversos movimentos sociais e dentre eles o da Economia Solidária. A SENAES é neste momento atendendo aos anseios destes movimentos e se tornando uma possibilidade de fortalecer e fomentar uma alternativa econômica. Isso ocorre dentro de um governo que tem em pauta a busca pelo empoderamento dos mais pobres como uma de suas prioridades.

Podemos indagar sobre qual o cenário se apresenta após estes 8 anos. Como resultados das observações, percebemos que existem muitos avanços. Certamente não podemos inferir que foi recriado um novo modelo social de trabalho (e esse não parece ser o objetivo central), mas certamente muitas mudanças aconteceram no cenário nacional com a criação de políticas públicas voltadas aos EES. O empoderamento se dá por diversos caminhos como, por exemplo, por meio das formações, dos investimentos e dos inúmeros encontros, congressos e feiras do setor. Essas ações trazem aos poucos novas perspectivas aos indivíduos e seus EES que encontram novas possibilidades para a construção de uma vida mais digna.

### **A Economia Solidária em Alagoas-Brasil**

A experiência alagoana é mais tímida que a do Brasil, uma vez que em alagoas sempre prevaleceu a monocultura da cana de açúcar, por meio das usinas de açúcar e álcool que reproduzem, no sertão da região nordeste do Brasil, as práticas dos coronéis, fenômeno conhecido até os dias atuais como o coronelismo.

O espírito coronelista permanece nos dias atuais, e pior, de maneira velada, para isso rapidamente basta avaliarmos as ações dos chamados políticos tradicionais no cenário político brasileiro. Barbosa Lima Sobrinho ao prefaciá-lo clássico, *“coronelismo, enxada e voto”* de Victor Nunes Leal nos diz que,

“o fenômeno do coronelismo persiste até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do coronelismo, arvorado protetor ou defensor natural de um homem sem direitos”. (SOBRINHO. In: Leal, 1975; p. XVI)

O relato supracitado é de 1975 e retrata a continuidade de um fenômeno quase secular que, entendemos continua presente neste século XXI travestido junto às características da modernidade líquida. Neste sentido é que construímos o conceito do “Coronelismo Cordial Moderno Líquido” (LIMA, 2010) formado pelas tradições do coronelismo de trato cordial, presente nas ações políticas dos mandantes em relação ao povo, hoje prefeitos dos municípios sertanejos, e pelas características da modernidade líquida. Como veremos a seguir tal arquétipo, que resulta de uma relação simbiótica entre pretérito e presente, pode vir a ser reduzido, por meio, das ações estruturantes presentes na Economia Solidária e nos programas de fomento.

A seguir podemos ter uma noção do crescimento quantitativo da Economia Solidária no Brasil por meio dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, desde a criação da SENAES em 2003. Chamamos atenção em vermelho para os números do estado de Alagoas.

Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil 2005-2007

Tabela 1 – Quantidade e percentual de EES por unidade da Federação/Região

UF	Nº de EES 2005	Nº de EES 2007	Nº de municípios 2005	Nº de municípios 2007	% municípios/total de municípios 2005	% municípios/total de municípios 2007
RO	240	293	40	40	75%	77%
AC	403	543	20	21	87%	95%
AM	304	461	32	44	51%	71%
RR	73	126	14	15	88%	100%
PA	361	574	51	86	35%	60%
AP	103	157	13	14	76%	88%
TO	400	502	84	92	60%	66%
<b>Norte</b>	<b>1.884</b>	<b>2.657</b>	<b>254</b>	<b>312</b>	<b>56%</b>	<b>69%</b>
MA	567	793	73	86	33%	40%
PI	1.066	1.472	83	158	37%	71%
CE	1.249	1.854	134	173	72%	94%
RN	549	817	77	106	46%	63%
PB	446	670	101	129	45%	58%
PE	1.004	1.526	129	185	69%	100%
<b>AL</b>	<b>205</b>	<b>284</b>	<b>48</b>	<b>59</b>	<b>47%</b>	<b>58%</b>
SE	367	471	63	68	83%	91%
BA	1.096	1.611	153	210	37%	50%
<b>Nordeste</b>	<b>6.549</b>	<b>9.498</b>	<b>861</b>	<b>1.174</b>	<b>48%</b>	<b>65%</b>
MG	521	1.236	101	199	12%	23%
ES	259	520	59	75	75%	96%
RJ	723	1.343	82	87	88%	95%

<b>SP</b>	641	813	147	174	23%	27%
<b>Sudeste</b>	<b>2.144</b>	<b>3.912</b>	<b>389</b>	<b>535</b>	<b>23%</b>	<b>32%</b>
<b>PR</b>	527	808	109	143	27%	36%
<b>SC</b>	431	690	133	175	45%	60%
<b>RS</b>	1.634	2.085	270	303	54%	61%
<b>Sul</b>	<b>2.592</b>	<b>3.583</b>	<b>512</b>	<b>621</b>	<b>43%</b>	<b>52%</b>
<b>MS</b>	234	340	25	42	32%	54%
<b>MT</b>	543	747	91	95	65%	67%
<b>GO</b>	667	737	127	139	51%	57%
<b>DF</b>	341	386	15	15	83%	83%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.785</b>	<b>2.210</b>	<b>258</b>	<b>291</b>	<b>53%</b>	<b>60%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.954</b>	<b>21.859</b>	<b>2.274</b>	<b>2.933</b>	<b>41%</b>	<b>53%</b>

**Fonte: MTE/SENAES – SIES, com adaptações do autor.**

Os dados acima se referem ao ano de 2005 e estão comparados com os dados de 2007. Os dados de 2007 já revelam 21.859 EES, destes 45% encontra-se na região nordeste do Brasil. Há um aumento de EES entre os anos de 2005 e 2007 de 46,17% para o Brasil, de 45% para a região nordeste e de 38,5% para o estado de Alagoas, sendo, este, o 3º estado com o menor número de EES. O SIES está em fase de finalização do novo retrato da Economia Solidária. O levantamento teve início em 2010 e já aponta para o um substancial crescimento de EES em todo o país.

É importante informar que os dados não são censitários, porém revelam um retrato próximo da realidade e ajudam a nortear as políticas públicas de fomento a Economia Solidária. Esse é um dos aspectos positivos deste instrumento (SIES) para a Economia Solidária. O outro é que o governo federal acaba criando um mecanismo importante de valorização, consolidação e preservação da identidade da Economia Solidária no Brasil o que possibilita a visualização mais clara de necessidades específicas destes grupos de empreendimentos.

Estamos a frente da execução de 2 convênios em Alagoas<sup>3</sup> que buscam desenvolver a Economia Solidária na região, cumprindo os objetivos a nível nacional. No caso, particular de Alagoas, os convênios cumprem uma missão dupla, ou seja, a de consolidar os EES já existentes e a de fomentar o surgimento de novos EES, por meio, de grupos informais. A observação vem nos mostrando uma grande fragilidade destes EES alagoanos. Todavia essa fragilidade é compensada pela oportunidade de empoderamento socioeconômico dos sujeitos envolvidos no processo.

### **A Economia Solidária e o Capitalismo em seu estado Moderno Líquido**

Seria, de fato, a Economia Solidária uma alternativa ao capitalismo globalizado em seu estado Moderno Líquido? Para tentar responder esta questão devemos dissertar sobre o modo de produção presente no conceito de Marx, para elaborarmos juntos as características deste “novo”, concretizado por meio dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. A partir disto poderemos tentar

<sup>3</sup> Os Convênios do Estado de Alagoas, conforme indicados acima, são chamados de “Produzir Juntos” e “Juntos Catamais”. Possuem características comuns. O primeiro trata de ações integradas, ou seja, mobilização, formação, organização de EES, comercialização voltados as diversas atividades exercidas pelos EES. Já o segundo busca essa mesma ação, somente com catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.

correlacionar aos fenômenos contemporâneos que fazem do capitalismo de hoje algo que interfere muito nas subjetividades humanas.

Das características principais do modo de produção em Marx, destacamos que segundo Gaiger (2003),

“O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção. O capitalismo está fundado numa relação social, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho”. (p. 187-188)

Já os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES seguem na contramão destas características apontadas acima. Se não conseguem transpor as barreiras da alienação subjetiva, ao menos, proporcionam uma provocação ao modo de vida capitalista e uma alternativa que oxigena o sistema social do trabalho e da vida.

Bauman (2001) nos ajuda a problematizar tais questões, quando afirma sobre a principal característica da modernidade líquida o seguinte,

“Em suma: o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania. (...) Se o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público. O ‘público’ é colonizado pelo ‘privado’; o ‘interesse público’ é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). As “questões públicas” que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis.” (p.46)

Pode ser que somente a presença dos EES já estabeleça um novo sentido ou uma maior proximidade com as reais prioridades da economia. Estes por cultivarem outros valores mais humanos e solidários, por meio de suas ferramentas possibilitam esse tão sonhado mundo mais justo e solidário. Utopia? Sim, mas necessária a qualidade de vida social. Apresentamos esse modelo como uma possibilidade de criação do ser político (indivíduo cidadão) tão buscado por Bauman. Também defende essa tese Geiger (2003) afirmando que, “segundo as teses correntes, essas iniciativas representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento”. (p. 182).

Realizando uma leitura histórica, percebemos que a formação da sociedade brasileira é resultado da contradição de valores e ideais. Somos afinal um país “moderno” politicamente e economicamente, mas que ainda, carrega em sua sociabilidade a estrutura sócio-cultural e política de nossos antepassados e as reproduzimos mesmo que inconscientemente. Melhor, a modernidade, como já afirmamos, forja a pobreza, levado a cabo pelo arquétipo do coronelismo cordial moderno líquido, representando aqui a presença das características pretéritas e arcaicas, pertencentes a formação dos

territórios rurais (caso alagoano), que passamos a identificar como o “velho”; junto as características da Modernidade Líquida apresentada por Bauman no tocante ao que afeta as categorias pobreza e cidadania, que passamos a identificar como o “novo”, esse, que é urdido desde a “*Grande Transformação*” de que trata Polanyi. Em sendo assim, presenciamos o “velho” e o “novo” no sertão alagoano, uma síntese dessa atualidade territorial. Mesmo assim concordamos que,

“a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção dominante, é um processo eminentemente social, sujeito a descontinuidades e a reveses, não um fruto instantâneo da materialidade. Novos arranjos sociais lhe são imprescindíveis para que ponha em xeque, por contraposição e substituição, as relações de produção com ela incompatíveis, assim reafirmando, ao longo do tempo, a sua forma social específica. Desdobrada em repetidos vais-e-vens, em capítulos de desenlace incerto, a essa dialética os fatos levam a crer que estamos presenciando. Assim, coloca-se a possibilidade de reversão daquele processo vital ocorrido nos primórdios do capitalismo, de separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto, separação em que se assentam a alienação e a submissão ideológica do proletariado. (...) Para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas.” (GAIGER, 2003, p. 205)

E por isso a Economia Solidária pode vir a ser uma forma de combate ao “Coronelismo Cordial Moderno Líquido” (LIMA, 2010) essa síntese contemporânea que cria um “novo perverso”, pois une o pior dos dois modelos, ou seja, o arcaísmo da ruralidade sertaneja e a modernidade em seu estado líquido. A Economia Solidária nasce dessa contradição e como tal estabelece outras rotas de fuga para a construção de novas possibilidades do viver na economia.

No modelo citado acima, encontramos, de um lado, o sujeito reificado pela força coercitiva do mando, do outro, o sujeito reificado pela forma coercitiva do mercado que criam um sujeito em conflito com os demais e consigo mesmo, que atrapalha parte da sua atuação e, mesmo não a impedindo por completo, cria enormes obstáculos à consolidação da verdadeira democracia (LIMA, 2010). A economia solidária aos poucos pode ir dissolvendo as práticas e características de reificação do indivíduo do sertão alagoano, que apesar de suas especificidades locais é influenciado pelas forças globais.

### **Considerações Finais**

É possível afirmar que a interrogação existente no título, desta comunicação, sobre se “outra economia acontece?”, em relação à Economia Solidária, seja somente uma provocação, pois, certamente, outra economia esteja acontecendo, mesmo que nem sempre visível. Esse *slogan* usado de forma afirmativa pelas diversas iniciativas e programas de Economia Solidária foi colocado aqui de maneira interrogativa, para fortalecer e afirmar o debate necessário. Certamente que o movimento de Economia Solidária pelas características essenciais debatidas neste texto, provoca por se só uma nova formulação para a vida em sociedade. Desta forma, outra economia, de fato, acontece, pois só a existência dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES no interior do capitalismo e negociando sua existência e diferenças, mesmo que ainda com vulnerabilidades e precariedades, é a prova da força da Vida sobre o Capital.

A posição do sociólogo Bauman em relação a sociedade “líquida” em que argumenta o individualismo como característica central é amplamente confrontada pela características de solidariedade, cooperação, autogestão e dimensão econômica existente na Economia Solidária que,

mesmo incompleta, consegue impor uma nova abordagem e trás a luz novos valores em que a mercadoria não é o objeto central da economia mais sim os valores humanos e culturais. Mesmo que possamos ver um pouco de utopia, em algumas dessas abordagens, só o fato de a discutirmos, tais categorias, já abre novas perspectivas apontando que realmente outra economia acontece.

É preciso lembrar que as características da modernidade líquida impõem um peso perverso sobre a possibilidade de construção de um novo projeto que necessita ser coletivo e, para tal deve conter demandas coletivas, mas estas parecem que desapareceram uma vez que,

“A tarefa de construir uma ordem nova e melhor para substituir a velha ordem defeituosa não está hoje na agenda - pelo menos não na agenda daquele domínio em que se supõe que a ação política reside. O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas (...)” (BAUMAN, 2000, p.13)

A perda do sentido político, do poder político do indivíduo, do local onde vive e do desejo de participação tem sido um grande obstáculo para a construção de uma ordem social mais equitativa. Apesar de existir territorialidades, vivemos um momento líquido onde tudo é descartável, até as relações humanas, como também a relação entre a política local e o poder global, onde a primeira cede lugar às determinações do segundo.

Diante disso, a Economia Solidária parece ser uma alternativa ao modo de produção capitalista, atual, que constrói a sociedade líquida. Intrigante a análise, pois o capitalismo, quem sabe, "com tanta contradição", uma vez que temos que considerar o peso da natureza humana, sempre contraditória, pois é a sua essência, abriga "formas diferentes de produção" em seu interior, mesmo reconhecendo as diferenças históricas e a luta de classes. Neste sentido percebemos a importância destes movimentos e do fomento e apoio governamental e não-governamental. O Instituto Marista de comercialização destaca o seguinte em relação a estas possíveis mudanças,

“Entre as principais proposições da I Conferência Nacional de Economia Solidária, merecem destaque”:

- “a Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário;
- a Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia”. (I CONAES, 2006)

Essas considerações apontadas na I Conferência Nacional nos ajudam a esclarecer as conclusões a que chegamos nesta comunicação. Mesmo que existam diversas forças que obviamente inviabilizem a médio e longo prazo uma nova sociedade e uma nova economia, em sua plenitude, essa nova economia mesmo assim acontece, mesmo que invisível, pois ela ao mesmo tempo em que não acontece de forma



plena, possibilita o repensar da nossa condição humana e disso decorre como processo social, a nova economia.

Podemos inferir que, principalmente, no contexto alagoano a Economia Solidária contribui para a desconstrução do conceito de “Coronelismo Cordial Moderno Líquido” (LIMA, 2010), também explicado quando refletimos Pedro Demo “*A promessa de uma sociedade igual geralmente provém do grupo dominante para amansar os dominados*”. Corroboramos com tal raciocínio Bauman, quando indaga se é livre o homem livre no contexto da modernidade líquida afirmando que “*A expropriação foi disfarçada de doação, o arrombamento se faz sob a máscara da emancipação.*” Ainda complementa que nem toda “*falta de liberdade é sentida e vivida como opressiva (...)*”, devido à força “*do autoritarismo do poder pastoral*” (BAUMAN, 2000, p. 71-85). A Economia Solidária e seus princípios seguem, no mínimo, na contramão destes aspectos arcaico-modernos.

A população reage a este cenário, mesmo que de forma lenta, com a sua cultura e a diversidade, como é o exemplo, do artesanato, tanto o do litoral, como o do sertão alagoano, que tem se tornado uma alternativa ao desemprego estrutural. Isso se dá não só pela produção material, mas pela preservação de valores imateriais, ou seja, culturais e ambientais. Isto desperta uma nova possibilidade de associação e produção que se encontra no movimento de Economia Solidária rapidamente identificada pelos EES existentes.

Finalizando, gostaríamos de afirmar que buscamos, de algum modo, contribuir com o debate. Os novos olhares devem possibilitar idéias para o amadurecimento de políticas públicas para a Economia Solidária e, assim, fazê-la agir melhor no que lhe foi designado, ou seja, a redução da pobreza, pois o ator central é o homem e, como tal, precisa, verdadeiramente, ser cidadão. Neste sentido, a observação participante nos mostrou que o movimento da Economia Solidária está enraizando-se e o apoio governamental tem sido de muita importância. O protagonismo do movimento vem se afirmando cada vez mais e construindo inúmeras possibilidades para os sujeitos envolvidos nos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES que pouco a pouco vão vencendo a luta contra a pobreza, em suas duas dimensões (material e imaterial) e por sua vez solidificando a sua condição de cidadão. Essas mudanças ficam claras nas inúmeras falas desses sujeitos e nas várias experiências exitosas dos diversos Empreendimentos Solidários.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010*. Brasília: SENAES/MTE, 2012.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2006.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2010.
- CULTI, Maria Nezilda. *Economia Solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários*. São Paulo; Todos os Bichos, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995

- DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- DEMO, Pedro. *Política social do conhecimento: sobre os futuros do combate a pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DEMO, Pedro. *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas; SP: Armazém do Apê (Autores Associados), 2006.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GAIGER, Luiz Inácio. *A Economia Solidária diante do modo de Produção Capitalista*. In: CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. *A solidariedade como alternativa econômica para os pobres*. Contexto e Educação. Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.
- GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (Orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b. p. 267-286.
- GAIGER, Luiz Inácio. *As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária*. Revista de Ciências Sociais – Unisinos. São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 103-151, 2001a.
- GAIGER, Luiz Inácio. *Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários*. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Buenos Aires, v. 7, n. 13, p. 191-211, 2001b.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Eugênio D. Gomes. *PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: Pobreza, Cidadania e a “Política Social de Renda” nos Territórios Sertanejos de Água Branca em Alagoas. (Dissertação de Mestrado)* Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima. – 2010. Universidade Federal de Alagoas – UFAL.
- LIMA, Maria I. Rodrigues. *Economia Solidária e vínculos*. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. Da Dádiva aos Direitos: A Dialética da Cidadania. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 25, ano 9. 1994.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 108 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 4. ed. - São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção espaços).
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Jessé de. A ralé eternizada – o erro histórico da sociedade brasileira é achar natural ter “gente” de um lado e “subgente” de outro. In: *Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo. 12/07/2008, p. J1.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: Afinal do que se Trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP: Ed. 34, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. *Cultura da Dádiva, Avesso da Cidadania*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 25, ano 9. 1994.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo*. In: Caderno CRH 19, Salvador, 1993.